

O curso Técnico em Artes Gráficas e sua especialização em Produção Visual Gráfica

The Technical course in Graphic Arts and its specialization in Graphic Visual Production

SOARES, Rodrigo Venturini; Especialista; Faculdade de Tecnologia SENAI

“Theobaldo De Nigris”

rodrigosenai@uol.com.br

A Escola SENAI Theobaldo De Nigris, desde 1971, tem como objetivo formar alunos de nível técnico para o mercado de trabalho gráfico. Neste artigo buscou-se apresentar a matriz curricular do curso de Artes Gráficas, na sua primeira década, dando ênfase a unidade curricular de especialização em produção visual gráfica e sua relevância para a formação de designers. Tomou-se como base a matriz curricular do curso Técnico em Artes Gráficas da década 70, sua ementa e entrevistas com alunos formados neste período. Por meio da matriz curricular do curso mostra-se o desenvolvimento de conhecimentos gerais do mercado gráfico e da especialização em produção visual gráfica, observa-se que os alunos elaboravam diagramações e leiautes de diversos produtos gráficos, o que é confirmado quando ex-alunos da época foram entrevistados. A pesquisa e as entrevistas mostram que o curso Técnico em Artes Gráficas e sua especialização em produção visual gráfica formavam designers gráficos para o mercado de trabalho.

Palavras-chave: Técnico em Artes Gráficas; Produção Visual Gráfica; Designer Gráfico

The SENAI Theobaldo De Nigris School, since 1971, aims at training secondary technical students for the graphic job market. We sought to find out which was the graduation curriculum of the Graphic Arts Course in its first decade, emphasizing the curricular unit of specialization in graphic visual production and its relevance to the designers training. The graduation curriculum of the Graphic Arts Technical Course of the '70s, its syllabus, and interviews with students who graduated in this period has used. The graduation curriculum of the course shows the development of general knowledge of the graphic market and in the specialization in graphic visual production, and it is noticed that students drew up diagrams and layouts of various graphic products, this is a confirmed fact when in this period the former students were interviewed. Research and interviews show that the Graphic Arts Technical Course and its visual graphic production certification course groomed and educated graphic designers for the job market.

Keywords: *Graphic Arts Technician; Visual Graphic Production; Graphic designer*

1 Introdução

A Escola SENAI Theobaldo De Nigris foi fundada em 1971 com o então nome de CIAG – Centro Industrial de Artes Gráficas, uma parceria entre SENAI, MEC e Prefeitura de São Paulo.

A escola fundada tinha por objetivo formar alunos de nível técnico para o mercado de trabalho, mais especificamente para o mercado gráfico. Mercado de este que vinha, nos últimos anos, exigindo mão de obra mais qualificada, que as escolas técnicas existentes na época não conseguiam atender a demanda.

Objetiva-se com este artigo estudar a unidade curricular de especialização em produção visual gráfica por meio da matriz curricular do curso de Artes Gráficas, que se iniciou em 1971.

2 Metodologia da pesquisa

A metodologia de pesquisa utilizada baseada na busca de documentos da matriz curricular do curso Técnico em Artes Gráficas, que abrange desde o ano de sua inauguração até o final dos anos 70, e a ementa curricular utilizada durante esse período.

Para complementar as pesquisas documentais, verificou-se que era de grande importância entrevistar ex-alunos que estudaram no colégio na década de 70 para que, assim, fosse possível entender melhor a dinâmica de funcionamento do curso em artes gráficas, como a unidade curricular de especialização em produção visual gráfica era desenvolvida, e se o que era realizado nestas aulas tratava-se apenas de cópias de produtos prontos, ou a programação visual de um produto gráfico de fato.

3 Demandas do Mercado Gráfico nos Anos 60

Dois grandes problemas que assolavam o mercado gráfico durante os anos 50 e 60 foram a falta de incentivos por parte dos governos em facilitar a importação de maquinários modernos para o parque industrial gráfico e a falta de mão de obra especializada.

A década de 60 foi agitada tanto no que condiz a situação política/democrática, como à situação industrial de todo o país. Mais especificamente em São Paulo, principalmente nos primeiros anos da referida década, o mercado gráfico, bem como toda a indústria, passava por crises recorrentes por conta dos problemas políticos e econômicos que o Brasil estava passando e que culminaram com o Golpe Civil-Militar de 1964.

Apesar dessas crises que afetaram a indústria e conseqüentemente o mercado gráfico, nos primeiros anos da década de 60, era recorrente a reclamação por parte dos industriais gráficos, em encontros do setor, sobre a falta de mão de obra qualificada e de incentivos por parte do governo que permitissem as empresas atualizar seus maquinários considerados desatualizados para a época.

O ano de 64 foi marcado por um encontro promovido pelo Departamento de Produtividade da FIESP/CIESP chamado de I Mesa Redonda sobre Indústrias Gráficas, em que os temas das reuniões que ocorreram giravam em torno do mercado, do processo e equipamento e da organização industrial.

Na abertura dos trabalhos desta Mesa, o Sr. Aristides Peleggi, diretor do Departamento de Produtividade, diz que esse encontro:

“... era a maneira de reunir todos os proprietários e dirigentes de empresas deste setor para debaterem seus problemas técnicos e administrativos, a fim de elevar a produtividade industrial de cada uma delas, não só no interesse da própria empresa como no interesse nacional.” (Boletim da Indústria Gráfica, 1964, p. 2177)

De todos dos temas abordados nesse encontro, dois deles abordavam as condições em que se encontravam as máquinas gráficas das empresas, e a conclusão que os participantes da Mesa Redonda chegaram foi a seguinte:

“Conclui-se unanimemente que, com o desenvolvimento industrial do País, sem dúvida alguma o mercado de trabalhos gráficos aumentará em todas as linhas de produção.

O problema seria, pois, constatar se as Gráficas estariam em condições de atender a esse incremento do mercado.

Após discussões, conclui-se que os equipamentos das Gráficas é obsoleto e que a situação futura deve ser encarada com grande interesse pelo governo que precisa possibilitar o reequipamento da indústria gráfica nacional, da mesma forma, como fez e faz em outras indústrias” (Boletim da Indústria Gráfica, 1964, p. 2178)

3.1 I Congresso da Indústria Gráfica

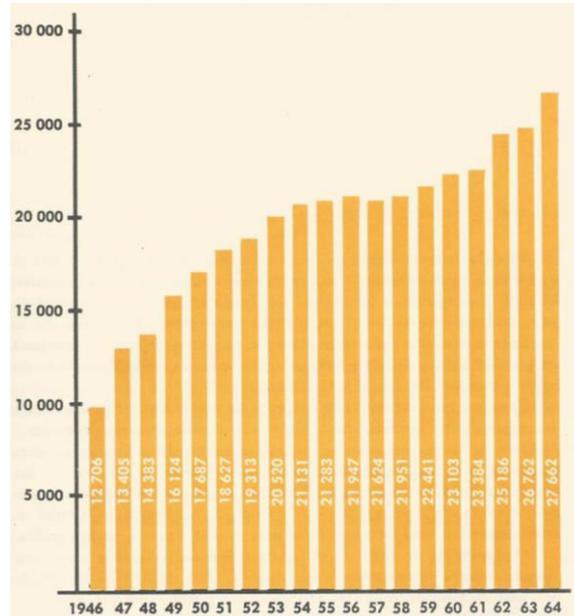
O I Congresso da Indústria Gráfica ocorreu de 17 a 20 de junho de 1965 na cidade de Águas de Lindóia, sendo que o temário do I Congresso da Indústria Gráfica abordou:

- 1- Classificação de funções e avaliação de cargos na indústria gráfica;
- 2- Problemas com matérias primas, qualidade de provisionamento;
- 3- Melhoria da produtividade na indústria gráfica;
- 4- Preparação de mão de obra;
- 5- A indústria gráfica na atual conjuntura brasileira;
- 6 - Constituição da Associação Brasileira de Industriais Gráficos;
- 7- Moções, recomendações, sugestões etc.

Na palestra de Pedro Alberto Grisólia, diretor comercial da Lanzara S.A. – Gráfica e Editora, “A Indústria Gráfica Brasileira em Face do Desenvolvimento Tecnológico”, ele abordou o problema da dificuldade de mão de obra qualificada para o setor e projetou um déficit aproximado de 10.000 profissionais qualificados para os próximos 10 anos.

Pedro Alberto Grisólia utilizou informações obtidas junto ao SENAI para demonstrar o quanto havia aumentado, em 18 anos, o número de trabalhadores na indústria gráfica no Estado de São Paulo, indo de 12.706 em 1946 para 27.662 trabalhadores em 1964, crescimento médio de 6,5% ao ano. (Figura 1)

Figura 1: Crescimento do número de trabalhadores na indústria gráfica de 1946 a 1964.



Fonte: Anais do I Congresso da Indústria Gráfica (1965)

O estudo feito pelo SENAI comparou também a proporção de trabalhadores qualificados em relação aos não qualificados que trabalhavam na indústria. No ano de 1946, de acordo com o estudo, havia 44,5% de trabalhadores qualificados atuando na indústria gráfica e em 1964 esse número havia diminuído para 36,9%, demonstrando que o número de empregados sem qualificação admitidos pelas empresas vinha crescendo ano a ano e que apesar de haver uma escola de Artes Gráficas do SENAI que formava, desde 1945, alunos aprendizes para trabalharem na indústria, a quantidade de alunos formados não eram suficientes para atender a demanda do mercado.

“Projetando o problema para os próximos 10 anos, baseados na evolução experimentada, podemos prever um total de 45.000 trabalhadores gráficos.

A fim de que seja mantida a proporção atual de profissionais qualificados, haverá necessidade de formar aproximadamente 17.000 novos elementos. Entretanto, a capacidade atual de matrículas somente permitirá a formação de 5.000 oficiais gráficos. Assim, é possível antever um déficit de aproximadamente 12.000 elementos qualificados. Essa carência em parte é diminuída pela concomitante formação de 2.000 operários semiquilificados. Porém, permanece a necessidade de 10.000 oficiais gráficos.” (GRISÓLIA, 1965, p. 115).

O Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de São Paulo ficou responsável pela palestra “A Associação Brasileira da Indústria Gráfica – ABIGRAF” e Jorge Saraiva foi o responsável pela leitura do anteprojeto dos estatutos para a fundação da ABIGRAF.

O Boletim da Indústria Gráfica, número 163 de setembro de 1965, traz em sua sessão de Noticiário o artigo “Indústria Gráfica necessita de financiamento para reequipar-se”. Este artigo indicou o trabalho feito pelo Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de São Paulo e a Associação Brasileira da Indústria Gráfica (ABIGRAF) junto ao Escritório do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) para que a indústria gráfica fosse incluída nos benefícios de financiamento concedidos pelo banco para que as empresas pudessem comprar equipamentos novos, pois os presentes no parque gráfico brasileiro encontravam-se muito obsoletos.

Entretanto, o que mais chamava atenção neste artigo é seu único subtítulo “Escola”, onde pela primeira vez se falava na criação de uma Escola Técnica de Artes Gráficas de forma mais concreta, como pode-se ver a seguir: “Outra importante medida que essas entidades estão tomando refere-se à criação de uma Escola Técnica de Artes Gráficas que seria instituída em convênio com o SENAI e o Ministério da Educação e Cultura.” (Boletim da Indústria Gráfica, 1965, p. 2673).

3.2 Grupo Executivo das Indústrias de Papel e Artes Gráficas (GEIPAG)

Em 18 de novembro de 1966, foi criado o Decreto-Lei nº 46 que concedia incentivos fiscais às indústrias e que mencionou, entre elas, a indústria gráfica.

O decreto-lei diz em seu artigo 1º: “São concedidos, pelo prazo de 4 (quatro) anos, contados da vigência deste Decreto-Lei, isenção dos impostos de importação e do consumo ou daquele que substituir a este sobre a importação...”

O Decreto nº 60347, de 09 de março de 1967 altera a redação do Decreto nº 53.975, de 19 de junho de 1964 e inclui em sua redação a criação do GEIPAG.

O GEIPAG, como indicado no Art. 4º do Decreto-Lei nº 46, era responsável por aprovar os projetos industriais enviados pelas empresas gráficas com vistas a atualizar os equipamentos de seu parque gráfico.

O Decreto-Lei nº 46 juntamente com o grupo criado foram fundamentais para que na época as indústrias gráficas de todo o país pudessem investir em novos maquinários e novas tecnologias que estavam disponíveis nos mercados externos, mas que, até então, eram inviáveis de serem trazidos para o Brasil devido as taxas de importação aplicadas.

A criação do GEIPAG e a isenção de impostos de importação de máquinas possibilitou que as gráficas investissem em máquinas modernas e de maior produtividade, aumentando ainda mais a necessidade de uma mão de obra qualificada para operar esses equipamentos.

No livro Gráfica: Arte e Indústria no Brasil - 180 anos de História, o organizador do livro Mário de Camargo diz: “A modernização do parque gráfico nacional, a partir do GEIPAG e das facilidades de importação, tornou necessária a formação de técnicos capacitados para tirar o máximo rendimento desse equipamento.” (CAMARGO, 2003:124).

4 A Criação da Escola Técnica de Artes Gráficas

Em 8 de novembro de 1971 é inaugurado o CIAG (Colégio Industrial de Artes Gráficas SENAI-União-Prefeitura), primeira escola técnica profissionalizante de artes gráficas para o nível médio

no Brasil, que tinha como objetivo principal a formação de mão de obra técnica especializada nas áreas de fotomecânica, tipografia, offset, rotogravura, acabamento e produção visual gráfica.

O processo de criação dessa importante Escola para o mercado gráfico brasileiro era uma reivindicação de longa data dos empresários do setor por uma mão de obra mais qualificada tendo seu projeto iniciado em 1965, como mostra documento entregue pela Comissão de Planejamento da Escola Técnica de Artes Gráficas ao Diretor do Departamento Regional do SENAI de São Paulo. Outro documento importante é de Odetto Guersoni, professor do SENAI e participante da Comissão de Planejamento da Escola Técnica de Artes Gráficas entregue ao Diretor da Escola SENAI de Artes Gráficas “Felício Lanzara”, quando se desliga do SENAI em 30 de junho de 1970. Estes dois documentos descrevem, passo a passo, os principais eventos que ocorreram até a inauguração do CIAG.

Segundo o documento feito pela Comissão de Planejamento da Escola, o projeto teve seu início em 1965 quando Italo Bologna, Diretor do Departamento Nacional do SENAI e Theobaldo De Nigris, Presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado de São Paulo, se encontraram e planejaram a criação de uma Escola de nível técnico em artes gráficas no Brasil. Devido aos altos custos de instalação, houve a necessidade de conversas com o Ministério da Educação e Cultura para que fosse firmado um convênio entre MEC-SENAI com o intuito de possibilitar a concretização desse plano.

De acordo com Odetto Guersoni, a primeira fase do projeto começou com a compra dos equipamentos básicos por meio do convênio MEC-SENAI, baseado em “Ante-Projeto de Estudos”, apresentado por João Franco de Arruda em janeiro de 1966.

A segunda fase da criação da Escola, segundo os documentos, teve seu início em 16 de novembro de 1967, com a nomeação da “Comissão de Planejamento”, que teria como função assessorar o MEC-SENAI no planejamento das instalações e dos cursos que seriam ministrados na futura Escola Técnica Nacional de Artes Gráficas.

Tanto o documento de Guersoni, como o documento da Comissão relataram a necessidade de criação de uma pesquisa junto à indústria gráfica para auxiliar a definição das funções do Técnico em Artes Gráficas com base nas reais necessidades da indústria gráfica nacional e ajudar na criação dos currículos escolares, cursos, programas, plantas das oficinas e laboratórios. A pesquisa foi realizada por especialistas em análise ocupacional do SENAI, envolveu 31 gráficas de grande e médio porte que foram escolhidas pela Comissão de Planejamento e possuía um questionário sobre a atividade da empresa, quadros de pessoal de comando, principais funções, discriminação das funções, formação profissional da equipe técnica, levantamento sobre as necessidades presentes e futuras de pessoal de comando, sugestões das empresas quanto aos tipos de formações técnicas necessárias etc.

Com as respostas da pesquisa em mãos e utilizando como base obras publicadas, a Comissão solicitou a Odetto Guersoni e João Baptista Salles da Silva que desenvolvessem um estudo sobre “Definições da mão de obra industrial gráfica”, tendo como referência a lei de nº 5.524, a qual definia as atribuições do “Técnico industrial de nível médio”, a descrição de 22 funções específicas exercidas pelo Técnico na indústria gráfica e 14 itens sobre qualificações necessárias para o Técnico exercer sua profissão.

O documento da Comissão relatava sobre a troca de local de instalação da Escola, que a princípio seria onde funcionava a “Escola Técnica Federal de São Paulo” e que devido à incerteza do prazo da mudança da escola para a Av. Marginal, não se concretizou.

De acordo com o documento, a Comissão visitou vários terrenos ofertados pela Prefeitura, mas todos tinham localizações impróprias. Foi a Direção do SENAI que sugeriu o

aproveitamento das instalações da Escola de Aprendizagem 1.11, prédio que havia sido construído e cedido pela Prefeitura de São Paulo e que ficava localizado na Rua Bresser, 2315.

O Boletim da Indústria Gráfica nº 213, de novembro de 1969, publica pequena reportagem sobre a Escola, intitulada “Exposição da Maquete da ETAG”. A reportagem trazia informação que a maquete da futura Escola Técnica Nacional de Artes Gráficas iria ser exposta nas principais gráficas da Capital Paulista e que o objetivo principal dessa exposição era fazer uma maior divulgação das Artes Gráficas como profissão. (Figura2)

Figura 2: Apresentação da maquete da Escola Técnica de Artes Gráficas



Fonte: Acervo Escola SENAI Theobaldo De Nigris

De acordo com o documento da Comissão de Planejamento, em maio de 1970, Theobaldo de Nigris, Presidente da FIESP e do Conselho Regional do SENAI e Carlos Pasquale, Diretor do Departamento Regional do SENAI de São Paulo, viajaram para a Itália integrando a Missão Técnica brasileira convidada pelo Governo Italiano para visitar centros industriais e organizações de ensino técnico. Depois de vários contatos com entidades ligadas à indústria italiana e ao ensino técnico de artes gráficas, houve um entendimento preliminar com a ACIMGA (Associação de Construtores Italianos de Máquinas Gráficas e Afins), que se comprometeu em enviar para o Brasil, um representante, que iria ajudar a Direção do SENAI e a Comissão de Planejamento da Escola Técnica de Artes Gráficas.

Em dezembro de 1970, Oscar Rossi e Edoardo Chevallard vieram ao Brasil e no dia 7 do mesmo mês, o SENAI firma “Termo de Colaboração” com a ACIMGA com duração de 4 anos. A ACIMGA se comprometeu a dar assistência técnica e didática, a recrutar e selecionar seis técnicos italianos para desempenhar as funções de Coordenador Geral Técnico e Chefes de Setores Técnicos da Escola, realizar, no futuro, estágios e cursos na Itália visando o desenvolvimento de técnicos brasileiros e organizar anualmente seminários de estudos no Brasil.

Os técnicos enviados pela ACIMGA participaram dos estudos junto a Comissão de Planejamento e auxiliaram na reestruturação das diretrizes básicas do ensino de artes gráficas para a Escola. Com base na aprovação dessas novas diretrizes de ensino teve início o replanejamento das especializações, listagem de equipamentos complementares, dos instrumentos de trabalho e por fim da planificação das oficinas. As mudanças solicitadas pelos

técnicos italianos provocaram alterações nas especializações que a Escola iria oferecer, ficando da seguinte forma: fotomecânica, tipografia, offset, rotogravura, acabamento e produção visual gráfica.

No Editorial do Boletim da Indústria Gráfica, de fevereiro de 1971, era comemorado a instalação e início das atividades da Escola Técnica de Artes Gráficas que ocorreriam em março daquele ano (Figura 3 e 4).

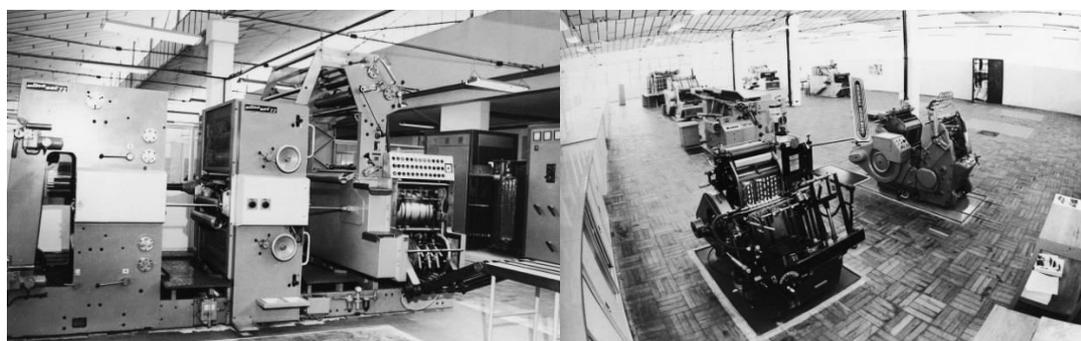
“Com a instalação da Escola Técnica de Artes Gráficas, ocorrida em janeiro último, e com seu funcionamento programado para março próximo, coroam-se de êxito os esforços despendidos pelo SENAI, MEC, Prefeitura e ABIGRAF, no sentido de dotar a indústria gráfica nacional de um núcleo de ensino técnico capaz de garantir-lhe desenvolvimento consentâneo com nossa realidade econômica.” (Boletim da Indústria Gráfica, 1971, p. 5507).

Figura 3: Fachada do Colégio Industrial de Artes Gráficas SENAI-União-Prefeitura -1971



Fonte: Acervo Escola SENAI Theobaldo De Nigris

Figura 4: Oficinas do Colégio Industrial de Artes Gráficas SENAI-União-Prefeitura



Fonte: Acervo Escola SENAI Theobaldo De Nigris

A solenidade de inauguração oficial do CIAG (Colégio Industrial de Artes Gráficas SENAI-União-Prefeitura), ocorreu somente em 8 de novembro de 1971 (Figura 5 e 6), simultaneamente a

SENAI-União-Prefeitura e do início da Semana Tecnológica de Artes Gráficas

Fonte: Acervo Escola SENAI Theobaldo De Nigris

Figura 7: Cartaz da 1ª Semana Tecnológica de Artes Gráficas



Fonte: Acervo Escola SENAI Theobaldo De Nigris

5 O curso Técnico em Artes Gráficas

A matriz curricular e o perfil do Técnico em Artes Gráficas surgiram a partir das reuniões da Comissão de Planejamento, que solicitou ao SENAI em 1969, que realizasse pesquisa junto as gráficas para que fosse avaliada a demanda de técnicos ao qual o mercado necessitaria para os próximos anos. Dispondo desse conhecimento das funções que os técnicos desempenhavam nos diversos setores das empresas e da opinião dos empresários gráficos sobre a formação que essa mão de obra deveria possuir, a Comissão pode estruturar a matriz curricular e o perfil profissional de modo organizado e sistemático.

O resultado da pesquisa mostrou que havia funções com alto grau de complexidade, que precisavam de pessoas com conhecimentos que eram adquiridos em cursos de nível médio ou superior. Ao mesmo tempo, a pesquisa comprovou que as empresas gráficas, por conta de seus equipamentos e processos complexos, exigiam profissionais tecnicamente preparados e que tivessem conhecimentos científicos.

Para determinar quais eram as funções do Técnico em Artes Gráficas, com base na pesquisa realizada, o SENAI utilizou-se de sua equipe de especialistas em análise ocupacional. Estes especialistas analisaram alguns aspectos que foram determinantes para definir as funções em que esse profissional poderia atuar. Com base nas análises, os especialistas, chegaram à

conclusão que o Técnico em Artes Gráficas poderia desempenhar uma ou mais funções dentro de uma empresa gráfica.

As funções do Técnico em Artes Gráficas abrangeriam desde a operação de equipamentos até a atuação em cargos gerenciais. Com relação a parte de produção visual gráfica pode-se observar que havia apenas uma função que era a de elaborar layout para originais.

A explicação para isso é de que essas funções eram do técnico em artes gráficas e não do especialista em Produção Visual Gráfica. Isso ocorria porque na estrutura de aulas do curso, os alunos antes de escolherem em qual especialização iriam se formar, deveriam adquirir conhecimentos das outras áreas, permitindo que eles dispusessem uma visão macro do processo gráfico.

5.1 Matriz curricular

A matriz curricular do Curso Técnico em Artes Gráficas foi desenvolvida buscando atender as funções e conhecimentos que o Técnico Gráfico deveria possuir para que ele pudesse aplicar os conhecimentos adquiridos durante o curso no ambiente de trabalho das gráficas (Figura 8).

Figura 8: Matriz Curricular – Técnico em Artes Gráficas 1971

DISCIPLINAS		CARGA HORÁRIA SEMANAL							
		1.a Série		2.a Série		3.a Série		4.a Série	
		1.o Sem.	2.o Sem.	1.o Sem.	2.o Sem.	1.o Sem.	2.o Sem.	1.o e 2.o Sem.	
Disciplinas do Curso Colegial Secundário (Obrigatórias)	Português	3	3	3	3	2	2	Estágio na Indústria com assistência e controle do SENAI	
	Matemática	4	4	3	3	3	3		
	História	2	2	-	-	-	-		
	Ciências Físicas e Biológicas	6	6	-	-	-	-		
	Inglês	2	2	2	2	1	1		
Dec. Fed. 869/69	Educação Moral e Cívica	2	2	2	2	2	2		
Disciplinas Específicas do Curso Colegial Técnico de Artes Gráficas	Desenho Aplicado às Artes Gráficas	2	3	3	3	4	2		
	Máquinas Gráficas	1	1	1	1	1	1		
	Química Aplicada	-	-	1	1	1	1		
	Tecnologia	4	6	6	4	6	4		
	História da Arte (Artes Gráficas)	-	-	-	-	1	1		
	Ensaio Tecnológicos e Controle de Qualidade	-	-	2	2	2	2		
	PRÁTICA PROFISSIONAL	Tipografia	6	4	3	2	10	10	
		Fotomecânica	6	5	4	3			
		Offset	-	-	4	2			
		Rotogravura	-	-	-	4			
Acabamento		-	-	-	2				
Produção Visual Gráfica		-	-	-	-				
Disciplinas Técnicas Gerais	Física Aplicada	-	-	2	2	2	2		
	Metrologia Aplicada	-	-	1	1	1	1		
Disc. Esp. dos Cursos Colegiais Técnicos Industriais	Organização do Trabalho	-	-	-	-	2	2		
	Elementos de Custo Industrial	-	-	-	-	-	2		
	Higiene e Segurança do Trabalho	-	-	1	1	-	-		
	Elementos de Legislação Aplicável	-	-	-	-	-	2		
Prática Educativa	Educação Física	2	2	2	2	2	2		
CARGA HORÁRIA SEMANAL		40	40	40	40	40	40		
Obs. : A partir da terceira série o aluno se especializa em um dos setores em que está dividida a "Prática Profissional", com exceção de Acabamento.									

QUADRO X

Fonte: Bases adotadas pelo SENAI para o planejamento do Colégio Industrial de Artes Gráficas

O currículo do curso Técnico em Artes Gráficas foi montado com as seguintes disciplinas ou matérias:

- Cultura Geral: português, matemática, ciências físicas e biológicas, história e inglês;
- Práticas Educativas: educação moral e cívica e educação física;
- Cultura Técnica:
 - Desenho aplicado às artes gráficas;
 - Máquinas gráficas e desenho técnico;
 - Química aplicada;
 - Tecnologia;
 - História da arte;
 - Ensaios tecnológicos e controle de qualidade;
 - Física aplicada;
 - Prática profissional (Especialização).
- Planejamento industrial;
- Organização racional do trabalho;
- Metrologia aplicada;
- Higiene industrial e segurança do trabalho;
- Elementos de custo industrial;
- Elementos de legislação aplicável.

6 A especialização em Produção Visual Gráfica

A matriz curricular do curso Técnico em Artes Gráficas possuía a disciplina Prática Profissional que na verdade eram as especializações que o aluno optaria por fazer após o 2º ano do curso. A partir do 3º ano a maior parte das aulas nos laboratórios ou oficinas eram focadas na especialização ou habilitação profissional, que o aluno havia escolhido. As especializações disponíveis eram: fotomecânica, offset, tipografia, rotogravura e produção visual gráfica.

O curso que teve seu início em 1971, tinha carga horária de 40 horas aula semanais, sendo que no 3º ano desse total de horas, 10 eram para as aulas nas oficinas de especialização escolhidas pelos alunos. Posteriormente, em 1974, observa-se que essa carga horária das aulas de especialização passa a ser de 12 horas semanais. (Figura 9)

Em 1977, mais uma vez observa-se alterações na carga horária das especializações, sendo que agora o aluno começa a especialização escolhida no 2º ano do curso, mas mantém-se as 12 horas semanais de aulas. Sendo assim, o aluno passou a ter o dobro de horas-aula de especialização em relação a matriz curricular anterior. (Figura 10)

Figura 9: Matriz Curricular – Técnico em Artes Gráficas 1974

CURRÍCULO PLENO											
ESCOLA DE ENSINO DE 2.º GRAU DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL EM ARTES GRÁFICAS											
SENAI - 5.03											
PARTES DO CURRÍCULO	MATÉRIAS	ATIVIDADES	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL							
				SEMESTRES LETIVOS							
				1.º S	2.º S	3.º S	4.º S	5.º S	6.º S	7.º e 8.º S	
EDUCAÇÃO GERAL	NÚCLEO COMUM e Art. 7.º da Lei 5.692	COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	LING. PORT. E LIT. BRAS.	3	3	3	3	3	3		
			INGLÊS	2	2	2	2	-	-		
			ED. FÍSICA	3	3	3	3	3	3		
			ED. ARTÍSTICA	-	-	-	-	-	-		
		ESTUDOS SOCIAIS	HISTÓRIA	2	2	-	-	-	-		
			GEOGRAFIA	-	-	2	2	-	-		
			ORG. SOC. E POL. BRAS.	-	-	-	-	2	2		
			ED. MORAL E CÍVICA	-	-	2	2	-	-		
		CIÊNCIAS	MATEMÁTICA	3	3	3	3	3	3		
			FÍSICA	2	2	-	-	-	-		
			QUÍMICA	2	2	-	-	-	-		
			BIOLOGIA	2	2	-	-	-	-		
			PROG. DE SAÚDE	-	-	-	-	-	-		
		TOTAL				19	19	15	15	11	11
FORMAÇÃO ESPECIAL	MÍNIMOS PARA A HABILITAÇÃO PROFISSIONAL	FOTOMECÂNICA COMP. E IMP. TIPOG. IMPRESSÃO OFFSET ROTOGRAVURA PROD. VIS. GRÁFICA ACABAMENTO DESENHO HISTÓRIA DA ARTE ORGAN. E NORMAS	FOTOMECÂNICA	5	5	4	4				
			COMP. E IMPRESSÃO TIP	5	5	3	3				
			IMPRESSÃO OFFSET	4	4	4	4				
			ROTOGRAVURA	-	-	4	4				
			PROD. VISUAL GRÁFICA	-	-	-	-				
			ACABAMENTO	-	-	-	-	2	2		
			DES. APLIC. ART. GRÁFIC	3	3	2	2	-	-		
			DES. TÉCN. MÁQUINAS	2	2	-	-	2	2		
			HISTÓRIA DA ARTE	-	-	-	-	2	2		
			ORGANIZAÇÕES E NORM	-	-	-	-	3	3		
	PARTE DIVERSIFICADA	TECNOL. GRÁFICA ENS. TECNOLÓGICOS FÍSICA APLICADA QUÍMICA APLICADA		TECNOLOGIA GRÁFICA	2	2	2	2	2	2	
				ENS. TECNOLÓGICOS	-	-	2	2	2	2	
				FÍSICA APLICADA	-	-	2	2	2	2	
QUÍMICA APLICADA				-	-	2	2	2	2		
TOTAL				21	21	25	25	29	29		
TOTAL GERAL				40	40	40	40	40	40		
CARGA HORÁRIA PREVISTA NO CURSO		EDUCAÇÃO GERAL		1.620							
		FORMAÇÃO ESPECIAL		2.700							
		TOTAL		4.320							

- As atividades referentes aos Programas de Saúde e à Educação Artística serão desenvolvidas em estreito relacionamento com as disciplinas do Núcleo Comum e mediante práticas extra-classe, dedicando-se uma hora semanal para cada uma.
- As atividades e estágio referentes ao 7.º e 8.º semestres regular-se-ão por normas fixadas pelo Conselho Estadual de Educação.
- A partir do 5.º semestre letivo serão oferecidas as seguintes opções:
COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO TIPOGRÁFICA, FOTOMECÂNICA, IMPRESSÃO OFFSET, ROTOGRAVURA, PRODUÇÃO VISUAL GRÁFICA.

Fonte: Plano Escolar 1974 – Colégio Industrial de Artes Gráficas

Figura 10: Matriz Curricular – Técnico em Artes Gráficas 1977

ESCOLA SENAI "THEOBALDO DE NIGRIS"								
- ENSINO DE 2.º GRAU E SUPLETIVO - HABILITAÇÃO DE ARTES GRÁFICAS								
PARTES DO CURRÍCULO	MATERIAS	CONTEUDOS ESPECIFICOS	CARGA HORÁRIA SEMANAL					
			SÉRIES					
			1.ª	2.ª	3.ª	4.ª		
EDUCAÇÃO GERAL	NÚCLEO COMUM E Art. 7.º da Lei 5.692	COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO	LÍNGUA PORTUGUESA E LIT. BRASILEIRA	3	3	3	ATIVIDADES PROGRAMADAS PELA ESCOLA E ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA INDÚSTRIA	
			INGLÊS	2	2	2		
			EDUCAÇÃO FÍSICA	3	3	3		
			EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	2	—	—		
		ESTUDOS SOCIAIS	HISTÓRIA	2	—	—		
			GEOGRAFIA	—	2	—		
			ORGAN. SOCIAL E POLÍTICA DO BRASIL	—	—	2		
			EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA	—	2	—		
		CIÊNCIAS	MATEMÁTICA	3	3	3		
			CIÊNCIAS FÍSICAS E BIOLÓGICAS E	FÍSICA	2	—		—
				QUÍMICA	2	—		—
			PROGR. DE SAÚDE	2	2	—		
			TOTAL			21		17
		FORMAÇÃO ESPECIAL	MÍNIMOS PARA A HABILITAÇÃO PROFISSIONAL Parecer CFE 45/72	DESENHO	DESENHO TÉCNICO	—		2
HIST. DA ARTE	HISTÓRIA DA ARTE			1	—	1		
ROTOGRAVURA	ROTOGRAVURA			4	12	12		
FOTOMECÂNICA	FOTOMECÂNICA			4				
COMPOSIÇÃO	COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO TIPOGRÁFICA			4				
IMPRESSÃO	IMPRESSÃO OFFSET			4				
ACABAMENTO E PROD. VISUAL	PRODUÇÃO VISUAL GRÁFICA			—	—	—		
	ACABAMENTO			—	—	3		
	DESENHO APLICADO ÀS ARTES GRÁFICAS			2	2	—		
	ORG. E NORMAS			ORGANIZAÇÃO E NORMAS	—	—	3	
PARTE DIVERSIFICADA Del. CEE 18/72	TECN. GRÁFICA			TECNOLOGIA GRÁFICA	2	2	2	
	ENS. TECNOLÓG. EM ART. GRÁF.			ENSAIOS TECNOLÓGICOS	—	3	2	
	FÍSICA APLICADA			FÍSICA APLICADA	—	2	2	
	QUÍM. APLICADA			QUÍMICA APLICADA	—	2	2	
	TOTAL			21	25	29		
TOTAL GERAL			42	42	42			
CARGA HORÁRIA PREVISTA NO CURSO	EDUCAÇÃO GERAL		1.836					
	FORMAÇÃO ESPECIAL		2.700					
	ESTÁGIO SUPERVISIONADO		1.440					
	TOTAL		5.976					

A partir da 2.ª série, os alunos optam por uma das seguintes áreas:
COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO TIPOGRÁFICA, FOTOMECÂNICA, IMPRESSÃO OFFSET,
ROTOGRAVURA, PRODUÇÃO VISUAL GRÁFICA.

Fonte: Plano Escolar 1977 – Escola SENAI Theobaldo De Nigris

6.1 Perfil Profissional

O perfil profissional da especialização em Produção Visual Gráfica foi localizado no Plano Escolar de 1977. Neste plano encontra-se a matriz curricular do curso Técnico em Artes Gráficas, a descrição de seus objetivos e conteúdo programático de cada matéria ministrada no curso.

No caso da especialização em Produção Visual Gráfica, a descrição das funções do técnico formado se embasa no tamanho da empresa ou estrutura do departamento de arte em que o aluno iria trabalhar. Como pode-se ver a seguir:

“Em grandes e médias indústrias, cuja produção se desenvolve no campo editorial, suas atividades se limitarão quase sempre, a funções executivas.

Em pequenas e, em alguns casos, médias indústrias, o mesmo técnico poderá ter que assumir responsabilidades na fase de planejamento.”
(SENAI, 1977)

Nas grandes empresas, como elas entregavam seus projetos gráficos na maioria das vezes para *freelancers* executarem, o papel do técnico ficava restrito a preparação de originais para a foto-reprodução, que consiste na preparação técnica do original a ser impresso na fase da arte final.

O produtor visual gráfico poderia ser chamado com certa frequência para traduzir os raves do diretor de arte, em originais já prontos, fazendo com que ele devesse ter conhecimentos das técnicas gráficas de desenho e ilustração, bem como capacidade de aplicar esses conhecimentos.

Nas pequenas empresas que possuíam departamentos de arte com poucas pessoas, o produtor visual gráfico poderia atuar tanto no planejamento como na realização do projeto gráfico, o que exigia que a formação desse técnico incluísse vários conhecimentos necessários para que ele conseguisse desenvolver artisticamente e tecnicamente um projeto gráfico.

Chama a atenção o trecho do texto que diz sobre a formação do produtor e a tarefa do designer, o que induz a questionar: o designer e o produtor desempenham papéis similares nas empresas? Qual seria a função desse produtor nas empresas? Seria ele o produtor gráfico?

“A formação do produtor, acentuará o fator comunicação. A tarefa principal do designer é visualizar a mensagem do editor ou do publicitário, por meio de formas e cores, necessitando, portanto, de uma sólida base no campo da composição artística, psicodinâmica das cores e o mecanismo e propriedade da percepção visual.” (SENAI-SP, 1977)

O aluno de Produção Visual Gráfica iria ainda ter conhecimentos e habilidades relacionados a diagramação, estudo tipológico das famílias de caracteres e sua classificação e fotografia.

Com relação ao programa desenvolvido durante os dois anos de especialização pelo qual os alunos cursavam, as unidades desenvolvidas eram as seguintes:

- 2º Ano:
 - Introdução geral;
 - Os originais e sua apresentação;
 - Layout;
 - Diagramação de originais;
 - Arte final e sua preparação;
 - Execução em fac-símile de alfabetos fundamentais;
 - A imagem coordenada;
 - PVG no campo publicitário – introdução;
 - Exercícios práticos no campo publicitários.

- 3º Ano:
 - PVG no campo editorial – introdução;
 - Exercícios práticos no campo editorial;
 - PVG no campo de embalagem – introdução;
 - Desenho aplicado a embalagem;
 - Exercícios práticos no campo da embalagem.

A dúvida que surge ao se observar o programa de unidades desenvolvidas é a falta de clareza na questão do que os alunos do curso desenvolviam nos exercícios práticos. Esses exercícios eram projetos gráficos prontos que os alunos deveriam apenas copiar ou eram exercícios onde o aluno deveria criar o projeto gráfico do zero, partindo apenas de informações de um *briefing* que era passado para ele, o que iria caracterizar que os alunos faziam funções de designers gráficos.

Para tirar essa dúvida foram realizadas entrevistas com dois ex-alunos que se formaram como Técnicos Gráficos com especialização em Produção Visual Gráfica nos anos 70, Mário Pacheco da turma de 74 e Rosana Alves da turma de 77.

De acordo com Rosana¹ durante o curso de especialização em Produção Visual Gráfica, ela não lembra de fazer trabalhos repetitivos, mas trabalhos de criação.

“... não me lembro de fazer trabalho repetitivo nenhum. Eu me lembro que quando eu fui para o PVG a gente começou a fazer arte final, que a gente não sabia o que era, fazia arte final em papel ... E aí a gente fez de tudo desde o início, de aprender pegar um logotipo e reproduzir ele preto e branco e nanquim até você criar um e fazer um com um objetivo. Algumas embalagens, a gente fez bastante

¹ Entrevista concedida por ALVES, Rosana. Entrevista I [dez. 2021] Entrevistador: Rodrigo Venturini Soares. São Paulo, 2021. 1 arquivo .mp3 (32min.)

embalagem, capa de livro, revista, calendário, o estímulo foi tanto na parte de desenhar como de fotografar de exercício visual ...” (sic)

Perguntado para Mário Pacheco², o que o levou a fazer o curso técnico de artes gráficas e sua especialização em PVG, diz ele que por já ter feito o curso de aprendizagem na Escola de Artes Gráficas “Felício Lanzara”, trabalhar na área gráfica e gostar muito de desenhar foi o que o incentivou a fazer o curso técnico na área de PVG. Ele cita a importância dos técnicos italianos ao trazer a linguagem do design para o curso e do SENAI por ser um dos primeiros cursos a trabalhar com design em São Paulo. Como pode-se verificar a seguir:

“... na época você mal ouvia falar em algo parecido. Você tinha a ECA na época, já existia também a FAAP, a área de artes, artes plásticas e só. Você não tinha grandes referências na época. E o SENAI foi esse desbravador com os italianos trazendo essa linguagem do design que você nem podia usar na época. Não existia palavra, não se aceitava a palavra, é muito engraçado isso e os italianos que acabaram trazendo esse conceito de design para a Theobaldo, para o CIAG e acabou formando um grupo de alunos.” (sic)

Pacheco quando questionado sobre o que era desenvolvido nas aulas de PVG, se os alunos faziam apenas exercícios e cópias de produtos prontos ou se eles desenvolviam projetos gráficos; foi enfático na sua resposta:

“Não, não, era desenvolvimento de projeto mesmo, a gente fazia projeto gráfico e não só um, bom primeiro tinha uma série de disciplinas que dava um suporte a isso, então, por exemplo, história da arte, a gente já tinha aula de história da arte com o próprio Lorenzo. O Lorenzo³ dava umas aulas plásticas, você ter, nos anos 70, no comecinho do colegial aula desse padrão que o Lorenzo trouxe para dentro do cenário é um negócio assim, tinha aula também de educação artística com outros professores, Kazuyo, por exemplo foi uma professora fantástica, era umas aulas fantásticas porque eram todas aulas experimentais, todas as aulas de fundamentação da arte ao mesmo tempo do Design e na oficina a gente fazia projeto, fazia projeto de criação de logotipo, de marca, projetos de revista, anúncios.

A gente fez durante o ano inteiro, era meio-dia de oficina durante o ano inteiro, era praticamente meio ano. No primeiro, no segundo e no terceiro ano, então praticamente um ano inteiro só de projeto, então a gente saía da oficina com um baita portfólio.

² Entrevista concedida por PACHECO, Mário. Entrevista I [dez. 2021] Entrevistador: Rodrigo Venturini Soares. São Paulo, 2021. 1 arquivo .mp3 (30min.)

³ Lorenzo Baer, um dos técnicos italianos enviados para o Brasil pela ACIMGA, veio para atuar como chefe e responsável pelo planejamento do setor de Produção Visual Gráfica a partir de 1972. Sua formação é em Licenciatura Design Gráfico e Produção Gráfica pela Academia de Artes e Design “Bezalel” de Jerusalém, Israel e Pós-Graduação em Ciências e Artes no Campo da Imprensa pela Universidade Politécnica de Turim, Itália.

Então a gente fazia até identidade visual e depois que a gente conseguia conceituar uma marca ou um logo. Aí a gente fazia toda a papelaria, projetava envelope, cartão de visita, papel de carta, faixa, uniforme, aplicação em veículos. Então a gente criava, projetava desde o nome, porque a gente criava o nome da empresa conceitualmente até a concepção gráfica total. E com as aulas de oficina gráfica, você tirava todas as dúvidas, questão da printabilidade, da possibilidade de impressão dessas peças gráficas, era uma soma fantástica. A gente fazia muita aula de oficina, então a gente discutia muito isso, por exemplo, a questão quando você aplicava por exemplo: em tipografia, ou em serigrafia, ou em offset, ou em rotogravura, como é que ficaria esses elementos gráficos que estavam sendo criados, projetados.” (sic)

7 Conclusão

A conclusão que se chega ao final desse estudo é que o CIAG foi criado devido a demanda que o mercado gráfico tinha de mão de obra qualificada. Esta falta de mão de obra qualificada somado aos novos equipamentos que estavam chegando as gráficas, gerou grande pressão por parte do Sindicato dos Industriais Gráficos, junto ao SENAI para a criação da escola técnica em nível de 2º grau.

O SENAI ficou responsável pela estruturação do curso e posteriormente administração dessa Escola. Durante o planejamento da escola, o SENAI fez acordo com a ACIMGA (Associação de Construtores Italianos de Máquinas Gráficas e Afins) em que parte desse acordo envolvia trazer técnicos italianos para auxiliar na montagem e planejamento da nova Escola. A primeira ação feita pelos italianos foi revisar o plano da escola e reestruturar esse plano criando os setores que seriam as futuras especializações em que os alunos iriam se formar: fotomecânica, tipografia, offset, rotogravura, acabamento e produção visual gráfica.

A especialização em produção visual gráfica, em seu perfil de formação, indicava o quanto o aluno possuía de conhecimento e habilidade na área de criação, apesar de não apresentar detalhadamente seu programa, o que deixa dúvidas sobre se os alunos formados tinham perfil de designers ou eram alunos que conseguiam apenas fazer seu trabalho baseados na repetição de algo já desenvolvido por um designer.

Para responder a essa dúvida foram realizadas entrevistas com os ex-alunos Rosana Alves e Mário Pacheco, que estudaram na escola na década de 70 na área de Produção Visual Gráfica. De acordo com eles, nas aulas da especialização em Produção Visual Gráfica eram desenvolvidos projetos gráficos partindo muitas vezes de um briefing, que permitiam a criação de peças gráficas de diversos tipos, como por exemplo, embalagens, capas de livros e revistas, anúncios, identidades visuais e suas aplicações.

Durante as entrevistas ao serem questionados se os alunos da especialização poderiam ser considerados designers, eles afirmam que os alunos formados na especialização de Produção Visual Gráfica do curso Técnico em Artes Gráficas eram designers gráficos, demonstrando desta forma a importância dessa escola para o cenário do design paulistano.

8 Referências

BOLETIM DA INDÚSTRIA GRÁFICA. São Paulo: Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de São Paulo, v. 15, n. 150, abr./jun. 1964. Disponível em:
<https://issuu.com/abigraf/docs/ano15_n.150_4_5_6.1964>. Acesso em: 20 dez. 2021.

BOLETIM DA INDÚSTRIA GRÁFICA. São Paulo: Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de São Paulo, v. 17, n. 163, set. 1965. Disponível em:
<https://issuu.com/abigraf/docs/ano17_n.163_9.1965>. Acesso em: 20 dez. 2021.

BOLETIM DA INDÚSTRIA GRÁFICA. São Paulo: Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de São Paulo, v. 21, n. 213, nov. 1969. Disponível em:
<https://issuu.com/abigraf/docs/ano21_n.213_11.1969>. Acesso em: 20 dez. 2021.

BOLETIM DA INDÚSTRIA GRÁFICA. São Paulo: Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de São Paulo, v. 23, n.228, fev. 1971. Disponível em:
https://issuu.com/abigraf/docs/ano23_n.2_228.1971_boletim. Acesso em: 20 dez. 2021.

BRASIL. Decreto-lei nº 46, de 18 de novembro de 1966. Concede incentivos fiscais às indústrias que menciona e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 13.414, 21 nov. 1966. Disponível em:< <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-46-18-novembro-1966-378100-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 26 dez. 2021.

BRASIL. DECRETO nº 60347, de 09 de março de 1967. Altera a redação do Decreto nº 53.975, de 19 de junho de 1964 e dá providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 3003, 09 mar. 1967. Disponível em:< <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60347-9-marco-1967-401167-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 26 dez. 2021.

CAMARGO, Mário de (org.). **Gráfica arte e indústria no Brasil: 180 anos de história**. São Paulo: Bandeirantes Gráfica; EDUSC, 2003.

GRISÓLIA, Pedro Alberto. A indústria gráfica brasileira em face do desenvolvimento tecnológico. *In*: CONGRESSO DA INDÚSTRIA GRÁFICA, 1., 1965, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de São Paulo, 1965. p. 113-128.

GUERSONI, Odetto. **Escola Técnica Artes Gráficas**: 30 de junho de 1970. São Paulo: SENAI-SP 1971.

SENAI-SP. **Relatório de planejamento da Escola Técnica de Artes Gráficas SENAI-União-Prefeitura.** São Paulo, 1971.

SENAI-SP. **Plano escolar do Colégio Industrial de Artes Gráficas.** São Paulo, 1974.

SENAI-SP. **Plano escolar da Escola SENAI Theobaldo De Nigris.** São Paulo, 1977.

SILVA, João Baptista Salles da. Bases adotadas pelo SENAI para o planejamento do Colégio Industrial de Artes Gráficas. *In*: SEMANA TECNOLÓGICA DE ARTES GRÁFICAS, 1., 1971. **Anais** [...]. São Paulo: SENAI-SP, 1971.